

RENDIA FIXA

principais conceitos e como investir





Sumário

Introdução	4
O que é e por que investir em renda fixa	5
Tipos de rentabilidade	7
Prefixados	7
Pós-fixados	7
Híbridos	9
Títulos públicos	11
Tesouro Selic	11
Tesouro Prefixado	12
Tesouro Prefixado com Juros Semestrais	12
Tesouro IPCA+	13
Tesouro IPCA+ com Juros Semestrais	13



Títulos privados	16
Títulos bancários	17
Títulos de dívida corporativa	24
Juros futuros	32
Curvas de juros	34
Como investir	39
Para quem a renda fixa é indicada	41
Conclusão	42

Introdução

Renda fixa carrega um nome que engana. A parte fixa são as regras, combinadas no dia da aplicação. O resultado, se você vender antes do vencimento, varia todos os dias.

Esse detalhe explica boa parte da frustração de quem comprou um título longo, viu o preço cair e concluiu que tinha sido enganado. Nada foi quebrado. O título apenas passou a valer o que o mercado paga por ele hoje, e quem carrega até o fim recebe o que foi contratado.

Este material percorre o caminho completo. Como cada tipo de remuneração funciona, quais são os títulos públicos e privados disponíveis, como o risco de crédito muda o retorno exigido, o que a curva de juros comunica e como comprar na prática.

Ao longo dos capítulos você vai encontrar os pontos em que o **Status Invest** resolve a parte operacional. Nenhuma ferramenta decide por você qual título comprar. O que ela faz é tirar da sua mão o trabalho de anotar operação, calcular peso de cada posição e refazer planilha de imposto.

ONDE CONSULTAR OS DADOS CITADOS

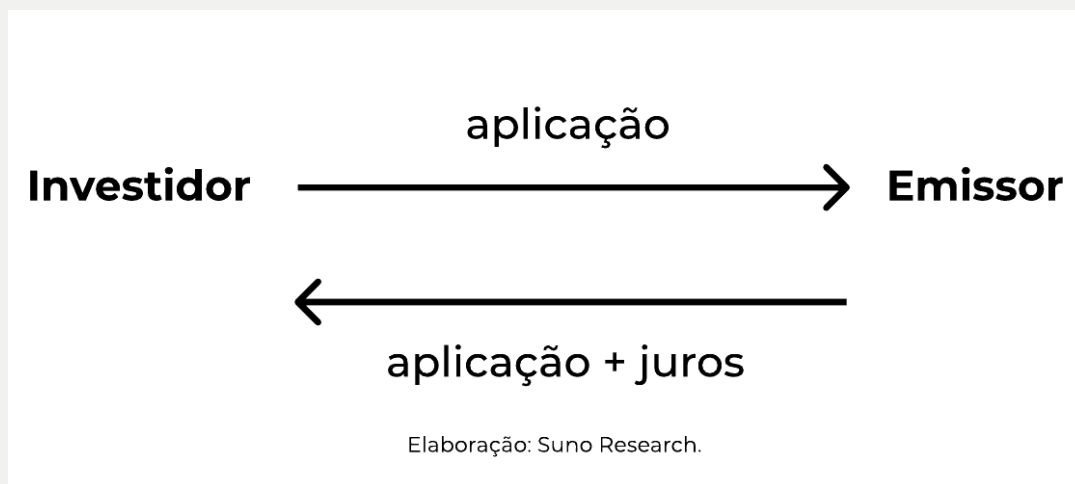
Preços e taxas dos títulos públicos ficam no site do Tesouro Direto. Indicadores, cotações e composição de carteira ficam no **statusinvest.com.br**, que você provavelmente já usa na versão gratuita.

AVISO

Este conteúdo tem caráter informativo e educacional. Nada aqui constitui recomendação de compra ou venda de ativos. Exemplos numéricos são ilustrativos e não representam projeção de retorno. Decisões de investimento devem considerar sua situação particular e, quando fizer sentido, o apoio de um profissional habilitado.

O que é e por que investir em renda fixa

Renda fixa é a modalidade em que as condições de remuneração e o prazo são conhecidos no momento da aplicação. Na prática, o investidor empresta dinheiro ao emissor do título e recebe juros por esse empréstimo.



Os emissores podem ser públicos ou privados. Isso significa que o dinheiro aplicado financia governos e empresas de verdade, e não apenas um número na tela da corretora.

A renda fixa costuma ser a porta de entrada no mercado financeiro, por reunir características mais conservadoras que as demais classes. O primeiro passo indicado para qualquer investidor é formar a **reserva de emergência**, que costuma variar de três a doze meses do custo mensal familiar. O trabalho não termina aí.

Existem muitos tipos de ativo de renda fixa no Brasil e no mundo, e com eles muitas oportunidades. Aproveitá-las exige leitura do cenário macroeconômico e avaliação cuidadosa de quem está emitindo o título.

Entre as principais vantagens e desvantagens da classe, destacamos as seguintes.

Vantagens	Desvantagens
Segurança	Carência
Tranquilidade	Risco de crédito
Diversificação	Taxas embutidas
Acessibilidade	

Elaboração: Suno Research.

Apesar da democratização dos investimentos nos últimos anos, ainda existem taxas abusivas em certos produtos de algumas instituições financeiras. Como em qualquer outra classe de ativos, vale conferir as condições oferecidas antes de aplicar.

LEIA COM ATENÇÃO

Carência e risco de crédito aparecem na coluna de desvantagens por um motivo prático. Carência define se você consegue sacar antes do vencimento. Risco de crédito define se você recebe. Nenhum dos dois aparece na taxa anunciada na tela.

Taxa alta em emissor ruim não é oportunidade. É o preço do risco que alguém decidiu não te explicar.

Tipos de rentabilidade

Na renda fixa, os títulos podem ser remunerados de três formas. Prefixada, pós-fixada e híbrida.

Prefixados

Os ativos prefixados têm a rentabilidade definida no momento da aplicação. No dia da compra, o investidor já sabe qual será o retorno até a data de vencimento. Um exemplo é uma LTN que paga 7% ao ano, ou a caderneta de poupança que paga 0,50% ao mês.

Prefixados tendem a ser mais atraentes em cenários de tendência de queda na taxa de juros, porque você trava hoje uma taxa que amanhã não estará mais disponível. A expectativa de inflação é o outro fator importante, já que ela come o retorno nominal contratado.

Pós-fixados

Aqui entra a figura do indexador. O investidor conhece os parâmetros da aplicação, mas só descobre o retorno em si no vencimento do título, porque ele depende da variação do indexador ao longo do período.

Ao contrário dos prefixados, os pós-fixados tendem a ser mais atrativos quando existe tendência de alta nos juros, no caso em que o indexador é a própria taxa de juros.

Imagine um investidor que comprou uma LFT, que rende 100% da variação da taxa Selic. Se o Banco Central elevar a Selic em um ponto percentual, esse investidor é beneficiado pelo movimento sem precisar fazer nada.

Os principais indexadores dos títulos de renda fixa são os seguintes.

Selic	Taxa básica da economia, que influencia todas as taxas de juros do país. Trata-se do principal instrumento de política monetária utilizado pelo Banco Central para controlar a inflação.
CDI	Taxa que reflete o fluxo de empréstimos interbancários. Geralmente, a sua variação é muito próxima da Selic.
IPCA	Índice de inflação oficial do governo, mede a variação de um conjunto de produtos e serviços comercializados no varejo, referentes ao consumo pessoal das famílias com rendimentos de um a 40 salários-mínimos.
IGP-M	Índice de inflação composto pela média aritmética ponderada de três outros índices de preços: (i) Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA); (ii) Índice de Preços ao Consumidor (IPC); (iii) Índice Nacional de Custo da Construção (INCC). Os pesos são de 60% para o IPA, 30% para o IPC e 10% para o INCC.

Elaboração: Suno Research.

NA PRÁTICA

Selic e CDI andam praticamente juntos, então um CDB a 110% do CDI e um título a 110% da Selic entregam resultados muito próximos. Já IPCA e IGP-M podem descolar de forma relevante em períodos de choque de câmbio ou de custo de construção, porque o IGP-M carrega preços ao produtor.

Híbridos

A remuneração dos títulos híbridos, também chamados de mistos, vem da soma de uma taxa prefixada com uma taxa pós-fixada. Por conta da parcela pós-fixada, o investidor só conhece a rentabilidade final no vencimento.

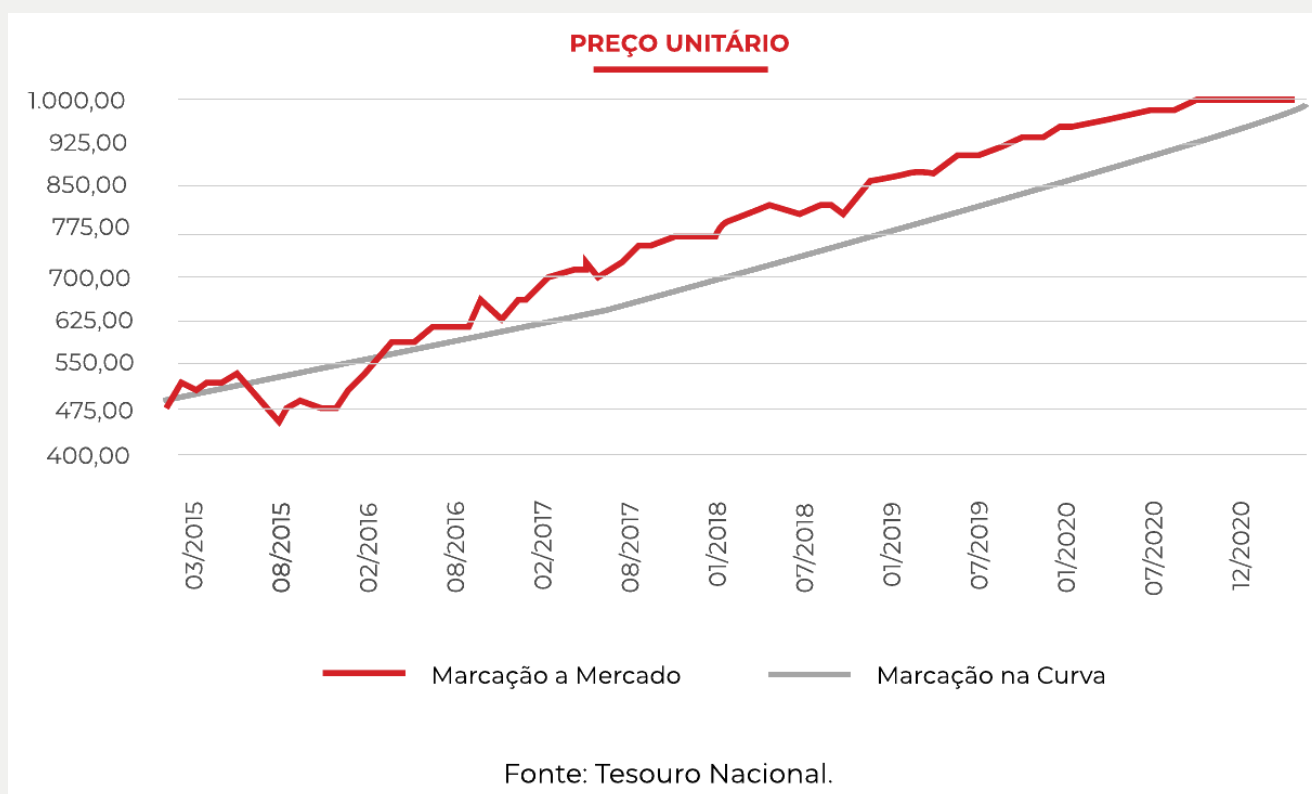
É aqui que aparece um conceito central da renda fixa, a **marcação a mercado**. Ela impacta diretamente os títulos prefixados e os híbridos, estes últimos por conta do componente prefixado.

Marcação a mercado é a atualização diária no preço dos títulos, para que ele reflita o valor justo em caso de venda antecipada. Em outras palavras, é o ajuste do ativo pelo preço que o investidor conseguiria de volta se vendesse antes do vencimento.

Para ilustrar a diferença entre marcação a mercado e marcação na curva, o gráfico da página seguinte usa o Tesouro Prefixado com vencimento em 01/01/2021.

PONTO-CHAVE

Marcação na curva é o caminho contratado, uma linha suave até o vencimento. Marcação a mercado é o caminho real do preço no meio do trajeto. As duas terminam no mesmo lugar. A diferença aparece só para quem sai antes.



No caso de manutenção do título até o vencimento, o rendimento é aquele combinado no momento da compra. O investidor só é impactado pela marcação a mercado se fizer a venda antecipada.

Note no gráfico que a linha vermelha oscila acima e abaixo da cinza durante anos, e as duas se encontram no fim. Quem precisou do dinheiro em agosto de 2015 vendeu abaixo da curva. Quem esperou recebeu o combinado.

ONDE A PLATAFORMA ENTRA

Preço médio e peso de cada posição, sem planilha paralela

A marcação a mercado só faz sentido se você souber por quanto comprou. No **Status Invest**, a Conexão B3 importa suas operações automaticamente de todas as corretoras onde você tem posição, e o histórico de composição mostra como o peso de cada classe mudou ao longo do tempo.

[Comparar os planos](#)

Todos os planos são anuais, com 7 dias de garantia. A Conexão B3 vem inclusa nos três planos pagos.

Títulos públicos

Títulos públicos são emitidos pelo governo para captar recursos que financiam atividades e projetos do **Governo Federal**, como educação, saúde e infraestrutura, além de servirem para rolagem das dívidas geridas pelo Tesouro Nacional.

Em 2002, o Tesouro Nacional criou em parceria com a B3 o programa **Tesouro Direto**, com o objetivo de democratizar a negociação de títulos públicos federais por pessoas físicas pela internet.

O programa oferece cinco títulos tradicionais, detalhados nas próximas páginas, além de linhas voltadas a objetivos específicos, como aposentadoria e educação, que seguem a lógica dos títulos indexados ao IPCA com pagamento periódico. A lista completa e as taxas do dia ficam no site do Tesouro Direto.

Tesouro Selic

A antiga Letra Financeira do Tesouro, a LFT, é o título considerado livre de risco no Brasil. A remuneração vem da variação da taxa Selic diária registrada entre a data de liquidação da compra e o vencimento do título, acrescida, se houver, de ágio ou deságio.

Mesmo considerando esse ágio ou deságio, o Tesouro Selic é a opção mais adequada para reserva de emergência e reserva de oportunidade, porque o preço praticamente não oscila.

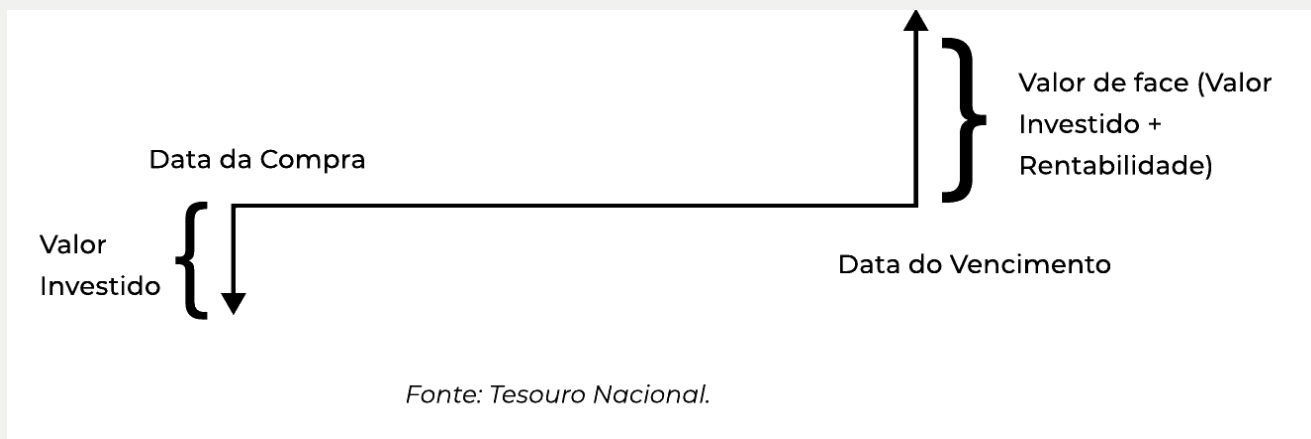
POR QUE ELE QUASE NÃO OSCILA

O Tesouro Selic acompanha a taxa de um dia. Como o indexador é diário, não existe uma taxa longa travada para o mercado reprecificar. É por isso que ele serve de caixa, e o prefixado longo não serve.

Tesouro Prefixado

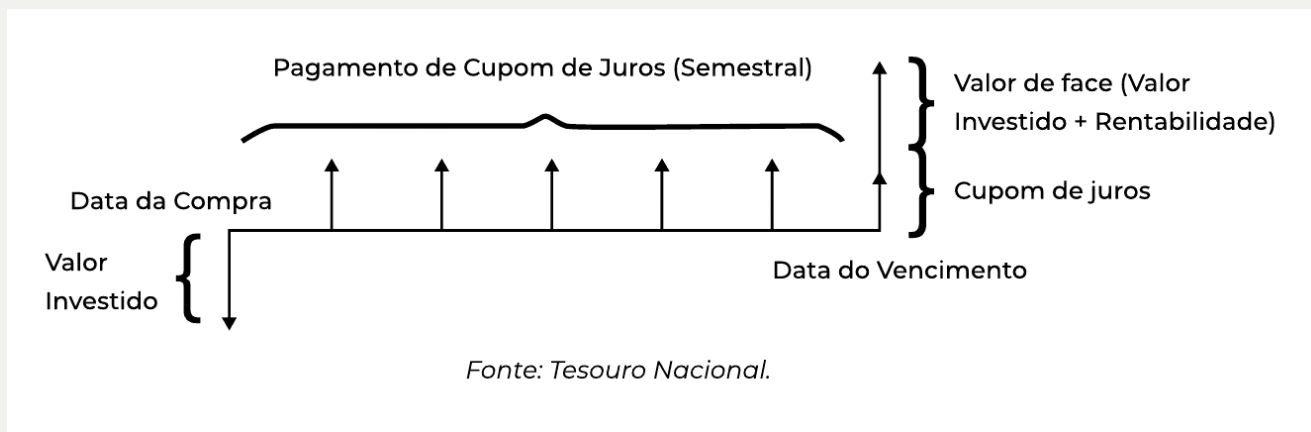
A antiga Letra do Tesouro Nacional, a LTN, é um título zero cupom, ou seja, não paga juros ao longo do período. O investidor sabe no momento da aplicação quanto vai receber no vencimento.

O fluxo de pagamento dessa categoria funciona assim.



Tesouro Prefixado com Juros Semestrais

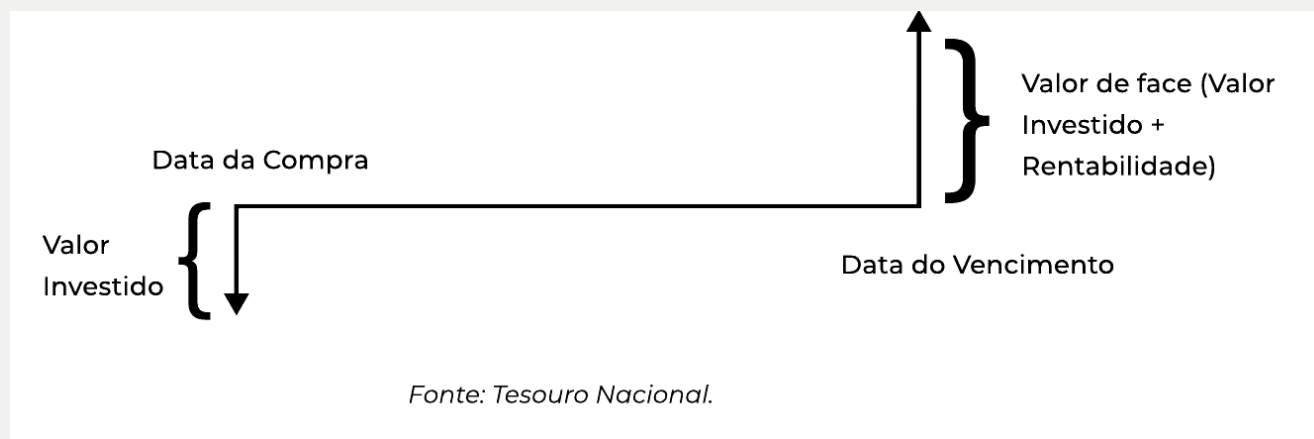
A antiga Nota do Tesouro Nacional Série F, a NTN-F, é semelhante ao Tesouro Prefixado, com a diferença de pagar juros a cada seis meses. O fluxo passa a ter recebimentos intermediários.



Por conta dos pagamentos semestrais, uma NTN-F com o mesmo prazo de vencimento de uma LTN se torna menos arriscada, já que a devolução do capital ao investidor acontece mais rápido.

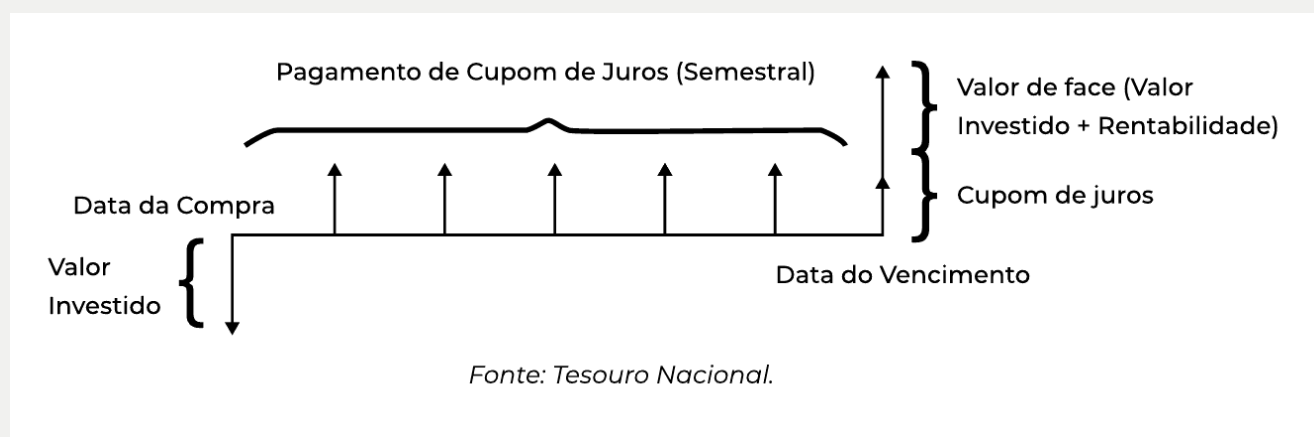
Tesouro IPCA+

A antiga Nota do Tesouro Nacional Série B Principal, a NTN-B Principal, é um título híbrido que paga a soma da variação do IPCA com uma taxa prefixada.



Tesouro IPCA+ com Juros Semestrais

A antiga Nota do Tesouro Nacional Série B, a NTN-B, é semelhante ao Tesouro IPCA+, com pagamento de juros semestrais.



O mesmo raciocínio do Tesouro Prefixado com juros semestrais vale aqui. Uma NTN-B com o mesmo prazo de vencimento de uma NTN-B Principal se torna menos arriscada, porque a devolução do capital é mais rápida.

Esse conceito é chamado de **duration de Macaulay**, em referência a Frederick Robertson Macaulay, economista canadense que ficou conhecido por introduzir a ideia de duração de um título de renda fixa.

A duration de um título é o prazo médio de recebimento de seus fluxos de caixa, incluindo juros e amortizações.

Suponha um título que valerá R\$ 1.000,00 no vencimento, em três anos, pagando um cupom anual de R\$ 150,00. Por conta desses cupons, a duração não equivale a três anos, mas a 2,6897.

$$\text{Duration} = \frac{(\text{Cupom 1} \times \text{Ano 1}) + (\text{Cupom 2} \times \text{Ano 2}) + (\text{Cupom 3} + \text{Valor de Face} \times \text{Ano 3})}{(\text{Cupom 1} + \text{Cupom 2} + \text{Cupom 3} + \text{Valor de Face})}$$

$$\text{Duration} = \frac{(150 \times 1) + (150 \times 2) + (1.150 \times 3)}{(150 + 150 + 1.150)}$$

$$\text{Duration} = \frac{3.900}{1.450} = 2,6897$$

Se o título não pagar cupons, a duration será igual ao prazo de vencimento. E quanto maior a duration, maior a sensibilidade do preço do título à variação na taxa de juros.

COMO USAR ISSO NA DECISÃO

Duration é o termômetro de quanto o preço do seu título vai se mexer quando a curva de juros se mexer. Dois títulos com o mesmo vencimento e cupons diferentes reagem de formas diferentes. O que paga cupom oscila menos.

ONDE A PLATAFORMA ENTRA

Concentração é fácil de ver e difícil de perceber

Duration explica o risco de um título. Concentração explica o risco da carteira inteira, e ela cresce em silêncio. O **mapa de ativos** mostra a composição por classe, setor e ativo em uma tela só, com o peso de cada posição visível de uma vez.

- Mapa de ativos e histórico de composição da carteira
- Comparador de 10 ativos, com correlação e risco versus retorno
- Metas ilimitadas de patrimônio e de dividendos
- Até 4 carteiras, mais subcarteiras por objetivo

[Ver os planos](#)

A partir daqui, o e-book sai dos títulos emitidos pelo governo e entra nos títulos emitidos por bancos e empresas, onde aparece a variável que muda tudo. O risco de crédito.

Títulos privados

Os títulos privados de renda fixa são emitidos por instituições financeiras e empresas, com o objetivo de captar recursos para financiar suas atividades.

Existe um risco praticamente inexistente nos títulos públicos que precisa ser analisado com cuidado nos privados, o risco de crédito. Quando o governo é o emissor e tem dificuldade de pagamento, ele pode emitir mais moeda, gerando inflação.

No caso dos títulos privados isso não é possível. Quando uma companhia ou instituição financeira tem dificuldade de pagar a sua dívida, ela pode simplesmente não pagar e ir à falência. Por isso o risco de crédito deve sempre ser muito bem avaliado.

A remuneração de títulos com maior risco de crédito costuma ser maior do que a de um título com risco menor. Para um prazo de três anos, considere uma NTN-B pagando IPCA + 2%, um CDB de um banco sólido pagando IPCA + 3% e uma debênture de uma empresa em dificuldade pagando IPCA + 5%.

O QUE OS TRÊS PONTOS PERCENTUAIS SIGNIFICAM

A diferença entre IPCA + 2% e IPCA + 5% não é um bônus. É o mercado cobrando um prêmio por aceitar a chance de não receber. Quando esse prêmio parece grande demais para o risco aparente, normalmente falta informação, e não sorte.

Títulos bancários

Um dos tipos de título privado são os bancários. Como o nome diz, são emitidos por instituições financeiras para captar recursos voltados às suas atividades operacionais.

Uma vantagem de alguns títulos bancários é a proteção do Fundo Garantidor de Créditos, o FGC. Com ele, o investidor tem o dinheiro de volta, até R\$ 250 mil por CPF, em caso de liquidação da instituição emissora.

O FGC é uma entidade sem fins lucrativos, criada em 1995, com o objetivo de proteger investidores de uma crise bancária não sistêmica. O fundo é composto por recursos depositados periodicamente pelas instituições associadas e garante a proteção de R\$ 250 mil por CPF ou CNPJ por conglomerado financeiro, com teto de R\$ 1 milhão a cada quatro anos.

Atualmente, os principais títulos bancários são os seguintes.

■ Poupança

A poupança, ou caderneta de poupança, é um tipo de investimento de renda fixa historicamente ligado ao financiamento imobiliário. O rendimento tem data de aniversário mensal, então um depósito feito no dia 1º só rende no dia 1º do mês seguinte.

Em 2012, a legislação alterou a regra de rendimento da poupança, estabelecendo o seguinte.

- I. Caso a meta da taxa Selic seja maior que 8,50%, o rendimento é de 0,5% ao mês mais Taxa Referencial.
- II. Caso a meta da taxa Selic seja menor ou igual a 8,50%, o rendimento é de 70% da Taxa Selic mais Taxa Referencial.

Por conta dessa regra, a poupança se tornou o investimento menos rentável entre os títulos de renda fixa em praticamente qualquer cenário de juros.

Quando a Selic está acima de 8,50% ao ano, o teto de 0,5% ao mês faz a poupança render bem menos que um título atrelado a 100% do CDI. Quando a Selic está abaixo desse patamar, os 70% da Selic mantêm a poupança atrás do Tesouro Selic, mesmo com a isenção de Imposto de Renda a favor dela.

■ **Certificados de Depósito Bancário (CDBs)**

Os Certificados de Depósito Bancário são um dos principais instrumentos utilizados para a captação bancária. Eles contam com diversos tipos de remuneração e prazos de vencimento. Uma mesma instituição pode emitir, por exemplo, os seguintes CDBs.

- I. CDB para dois anos, com remuneração de IPCA + 4,00% ao ano.
- II. CDB para três anos, com remuneração de 8,00% ao ano.
- III. CDB para um ano e seis meses, com remuneração de 115% do CDI.

Os CDBs têm dois tipos de imposto, o Imposto sobre Operações Financeiras, o IOF, e o Imposto de Renda, o IR. As tabelas de ambos são regressivas, como se vê a seguir.

Imposto sobre Operações Financeiras

Nº Dias	Alíquota (%)	Nº Dias	Alíquota (%)	Nº Dias	Alíquota (%)
1	96%	11	63%	21	30%
2	93%	12	60%	22	26%
3	90%	13	56%	23	23%
4	86%	14	53%	24	20%
5	83%	15	50%	25	16%
6	80%	16	46%	26	13%
7	76%	17	43%	27	10%
8	73%	18	40%	28	6%
9	70%	19	36%	29	3%
10	66%	20	33%	30	0%

Elaboração: Suno Research.

LEITURA PRÁTICA DA TABELA

O IOF só morde resgates feitos nos primeiros 30 dias, e no primeiro dia ele consome 96% do rendimento. Na prática, isso torna qualquer aplicação com prazo inferior a um mês uma escolha ruim, salvo em produtos isentos.

Imposto de Renda

Período de Aplicação	Alíquota (%)
Até 180 dias	22,50%
De 181 a 360 dias	20,00%
De 361 a 720 dias	17,50%
Acima de 720 dias	15,00%

Observando as duas tabelas, fica claro o desenho do incentivo. Quanto maior o prazo de aplicação, menor a alíquota dos impostos.

■ Letras de Crédito Imobiliário e do Agronegócio (LCIs e LCAs)

As Letras de Crédito Imobiliário e do Agronegócio são instrumentos de captação de instituições financeiras, lastreadas nos setores imobiliário e do agronegócio.

Imagine um fazendeiro que identifica a necessidade de captar recursos para expandir suas atividades agrícolas. O Banco Y, como intermediário, emite uma LCA para o fazendeiro no valor fictício de R\$ 1 milhão, com pagamento em dois anos e taxa de 130% do CDI.

Ao mesmo tempo, o Banco Y oferece essa LCA à sua base de investidores, com o mesmo prazo de dois anos e taxa de 110% do CDI. A diferença de 20% do CDI fica com o banco, como remuneração pela intermediação.

No caso das LCIs, a estrutura é similar, com as operações lastreadas no setor imobiliário. As LCIs e LCAs têm diversos tipos de remuneração e prazos de vencimento, sendo nesse quesito semelhantes aos CDBs.

A vantagem desses títulos é a isenção fiscal para pessoas físicas. Como forma de estimular o desenvolvimento desses setores no país, o governo isenta o pagamento de impostos nesse tipo de título.

COMPARE SEMPRE LÍQUIDO CONTRA LÍQUIDO

Uma LCA isenta a 95% do CDI pode superar um CDB a 105% do CDI, dependendo do prazo e da alíquota de IR aplicável. Comparar as duas taxas brutas lado a lado leva à conclusão errada.

■ **Letras de Câmbio (LCs)**

As Letras de Câmbio são títulos de crédito muito semelhantes aos CDBs, com a diferença de serem comumente emitidas por financeiras, e não por bancos. Por isso são consideradas mais arriscadas e geralmente têm rentabilidade superior à dos CDBs.

Analisando os riscos envolvidos, elas podem ser uma boa opção, considerando que contam com a garantia do FGC em até R\$ 250 mil. Além disso, quem compra LCs é tributado nas mesmas condições dos CDBs, respeitando as tabelas regressivas de IOF e IR.

■ Letras Financeiras (LFs)

As Letras Financeiras são títulos emitidos por bancos para financiar suas atividades de longo prazo, e podem ser classificadas em três tipos.

- I. **LFs Sênior.** Têm prazo mínimo de dois anos e preço unitário de ao menos R\$ 50.000,00. O prazo mínimo para pagamento de rendimentos é de 180 dias. As LFs Sênior não atendem aos critérios definidos pelo Banco Central para compor o patrimônio de referência das instituições, o Índice de Basileia.
- II. **LFs Subordinadas Nível II (LFSN).** Têm prazo mínimo de cinco anos, não podem pagar juros antes desse intervalo e o preço unitário deve ser de ao menos R\$ 300.000,00. Na hipótese de dissolução da instituição emissora, o pagamento fica subordinado aos demais passivos.

- I. **LFs Subordinadas Complementares (LFSC).** Têm caráter de perpetuidade, com possibilidade de recompra ou resgate pelo emissor após cinco anos da emissão, e preço unitário mínimo de R\$ 300.000,00.

Na hipótese de dissolução da instituição emissora, o pagamento fica subordinado ao pagamento dos demais passivos, com exceção dos elementos que compõem o Capital Principal. As LFSCs contêm uma cláusula de subordinação, que torna o instrumento elegível para compor o capital complementar da instituição emissora.

Em geral, as Letras Financeiras são mais atrativas em termos de remuneração do que os outros investimentos em renda fixa, mesmo sendo tributadas em IOF e IR.

Em contrapartida, exigem atenção à classificação e às regras estabelecidas, à liquidez do título e ao nível de risco da instituição emissora, já que as LFs não possuem a garantia do FGC.

Ticket alto e sem FGC. Nas Letras Financeiras, avaliar o banco emissor deixa de ser recomendação e passa a ser obrigação.

Como vimos até aqui, o investidor conta com muitas opções, e os títulos bancários representam mais uma alternativa dentro da renda fixa.

ONDE A PLATAFORMA ENTRA

Quanto entra no mês que vem, com data e valor

Organizar aporte fica mais simples quando você sabe quanto já está anunciado para entrar. O **Status Invest** reúne os proventos anunciados cuja data de corte ainda não passou, com data e valor por ativo da sua carteira, e mostra a evolução dos rendimentos com DY e YOC históricos.

[Conhecer os planos](#)

Assinantes citam a aba de proventos futuros como a funcionalidade mais usada no dia a dia.

Títulos de dívida corporativa

Os títulos de dívida corporativa também são títulos privados, com essência semelhante à dos bancários. A diferença é que são emitidos por empresas não financeiras.

Uma companhia que decide captar recursos no mercado para financiar um novo projeto costuma escolher entre três alternativas. Empréstimo bancário, emissão de dívida ou oferta de ações ao público. Os títulos corporativos são a segunda alternativa.

De incorporadoras imobiliárias a geradoras de energia elétrica, a emissão de dívida vem ganhando espaço no Brasil. Quanto mais a economia cresce, mais natural se torna que as companhias busquem expandir atividades, financiar projetos e até investir em outras empresas para diversificar o portfólio.

A seguir, os principais títulos de dívida corporativa utilizados pelo mercado.

■ **Debêntures**

As debêntures são títulos de dívida de médio e longo prazo que podem ser emitidos por Sociedades Anônimas de capital aberto ou fechado, ou seja, empresas em geral, com exceção das instituições financeiras.

Elas podem ser comuns ou incentivadas. As incentivadas são aquelas que têm como lastro o financiamento de obras de infraestrutura. Por esse setor ser essencial para o desenvolvimento da economia, o governo aprovou a Lei nº 12.431/11, que isenta as debêntures incentivadas do pagamento de impostos para a pessoa física.

A remuneração das debêntures comuns e incentivadas pode ser pós-fixada, prefixada ou híbrida.

Esse tipo de título geralmente carrega mais risco de crédito que os públicos e os bancários. No caso dos públicos, o risco de calote está atrelado ao governo. Nos bancários, à instituição financeira emissora, que muitas vezes conta com a garantia do FGC. Em contrapartida, as debêntures usualmente oferecem remuneração maior.

O rating, ou classificação de risco, é um recurso que o investidor pode usar para auxiliar a decisão. Trata-se de uma avaliação do risco de crédito atribuída, no caso dos títulos de dívida, a uma emissão específica.

Essas notas seguem uma metodologia e são dadas por agências independentes contratadas pelas próprias empresas. Três companhias são referência mundial na avaliação de crédito, **Standard & Poor's**, **Moody's** e **Fitch**.

ATENÇÃO AO INCENTIVO

A agência é contratada e paga pela empresa avaliada. Isso não invalida a nota, que segue metodologia pública, mas explica por que o rating deve ser ponto de partida da sua análise, e não ponto final.

A tabela a seguir mostra as notas possíveis de classificação de crédito distribuídas pelas agências citadas.

Moody's	S&P	Fitch	Classificação
Aaa	AAA	AAA	Grau de investimento com qualidade alta e baixo risco de crédito
Aa1	AA+	AA+	
Aa2	AA	AA	
Aa3	AA-	AA-	
A1	A+	A+	
A2	A	A	
A3	A-	A-	
Baa1	BBB+	BBB+	Grau de investimento com qualidade média
Baa2	BBB	BBB	
Baa3	BBB-	BBB-	
Ba1	BB+	BB+	Grau especulativo com baixa qualidade
Ba2	BB	BB	
Ba3	BB-	BB-	
B1	B+	B+	
B2	B	B	
B3	B-	B-	
Caa1	CCC+	CCC+	Alto risco de inadimplência
Caa2	CCC	CCC	
Caa3	CCC-	CCC-	
Ca	CC	CC	
C	C	C	
	D	DDD	
		DD	
		D	

Fonte: S&P, Moody's e Fitch.

Sempre que possível, é importante que o investidor faça também a sua própria avaliação, em vez de terceirizar a decisão inteira para a nota da agência.

■ **Certificados de Recebíveis Imobiliários e do Agronegócio (CRIs e CRAs)**

Os CRIs e CRAs são certificados de recebíveis lastreados no setor imobiliário e do agronegócio. Eles têm uma estrutura que se diferencia das debêntures, principalmente por conta da securitização dos títulos.

Securitização é o agrupamento de vários ativos em títulos padronizados negociáveis no mercado de capitais. Assim, uma dívida ou um conjunto delas pode ser transferido em forma de títulos para os investidores.

Pense em uma incorporadora imobiliária que precisa de muito capital para iniciar um projeto. Uma alternativa é recorrer à securitização, vendendo seus recebíveis para uma securitizadora que, por sua vez, agrupa esses recebíveis em formato de CRI e repassa aos investidores.

Os CRIs e CRAs têm diversos tipos de remuneração e prazos de vencimento, além de contarem com isenção de impostos para pessoa física.

O QUE MUDOU EM RELAÇÃO À DEBÊNTURE

Na debênture, o risco é da empresa emissora. No CRI e no CRA, o risco está na carteira de recebíveis que lastreia a operação, o que exige olhar quem são os devedores finais e qual a garantia. Isenção de imposto não elimina risco de crédito.

■ Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDCs)

Os FIDCs são fundos de investimento que aplicam os recursos dos cotistas em direitos creditórios. Esses direitos são provenientes dos créditos que uma companhia tem a receber, como duplicatas, cheques e outros.

Imagine uma empresa que vende um produto a prazo por meio de cartão de crédito. As parcelas a serem pagas pelo consumidor podem ser vendidas para um FIDC na forma de direitos creditórios.

Isso permite que a companhia antecipe o recebimento desses recursos em troca de uma taxa de desconto, que por outro lado remunera os investidores do FIDC. A estrutura é semelhante ao processo de securitização dos CRIs e CRAs.

Todo FIDC está submetido aos regulamentos que determinam a política de investimentos do fundo e suas características de atuação, como os critérios de composição e de diversificação da carteira de crédito, os riscos envolvidos e os segmentos de atuação.

As cotas de um FIDC se dividem em três classes, com ordens diferentes de preferência no recebimento.

- I. Sênior.** Possuem preferência no recebimento do valor do resgate ou amortização. Se o fundo tiver rentabilidade inferior à prevista, a rentabilidade da cota sênior é fixada e os cotistas mezanino e subordinados recebem uma rentabilidade menor.
- II. Mezanino.** Considerada uma cota intermediária de risco. Possui prioridade de pagamento em relação às cotas subordinadas e subordinação em relação às cotas sênior. As condições variam em cada fundo.
- III. Subordinada.** Possuem direito ao resgate ou amortização subordinados às cotas mezanino e sênior. Com isso, assumem a maior parte do risco de inadimplência.

Dessa forma, a cota subordinada funciona como uma garantia adicional de recebimento e de rentabilidade para as cotas sênior e mezanino.

Em compensação, se o fundo tiver rentabilidade maior que a prevista, os cotistas subordinados terão rentabilidade superior à dos seniores, que continuam com a taxa fixa acordada.

Com isso encerramos os títulos privados. Vale reter uma ideia. Em renda fixa privada, a taxa anunciada é consequência do risco assumido, e não um favor do emissor.

ONDE A PLATAFORMA ENTRA

Apuração mensal sem planilha paralela

Quem opera com frequência acumula um passivo de organização que só aparece em abril. O módulo de Imposto de Renda do **Status Invest**, feito em parceria com a Grana Capital, resolve essa parte.

- Importação automática das operações de todas as corretoras, direto da B3
- Cálculo mensal por operação, com IRRF, taxas e emolumentos aplicados
- DARF gerada e paga por QR Code Pix dentro da plataforma
- Declaração anual em PDF ou em arquivo para importar no programa da Receita Federal
- Apuração de prejuízos compensáveis

Adicionar o módulo de IR

O módulo cobre ações, ETFs, FIIs, Fiagros, BDRs, opções e contratos futuros, e pode ser assinado junto de qualquer plano.

Juros futuros

Um conceito importante e pouco difundido no mercado são os juros futuros. Negociado sob a forma de derivativo, o DI Futuro, código DI1 na B3, representa a média da taxa de juros DI de hoje até um determinado vencimento.

Um exemplo hipotético ajuda a fixar a lógica. Suponha que a taxa Selic de hoje, geralmente próxima ao DI, esteja em 2,90% ao ano, e que o DI futuro com vencimento em julho de 2023 esteja cotado em 5,10% ao ano.

Isso significa que o mercado projeta altas na taxa básica de juros, levando-a na média para 5,10% ao ano no período entre hoje e julho de 2023. A leitura vale para qualquer par de datas. O DI futuro é a expectativa média embutida no preço.

O contrato padrão desse derivativo tem valor de R\$ 100.000, ou 100.000 pontos, na data de vencimento, com lote mínimo de cinco contratos. O investimento mínimo no DI Futuro fica em R\$ 500.000, o que o torna inacessível para a maioria das pessoas físicas.

A principal utilidade do DI futuro é o hedge, com o qual investidores e empreendedores gerenciam seus riscos de aumento e de queda da taxa de juros no futuro.

SOBRE OS NÚMEROS DO EXEMPLO

As taxas citadas acima servem apenas para demonstrar como se lê a cotação de um DI futuro. Elas não representam o nível corrente de juros. As cotações do dia ficam disponíveis no site da B3.

O conjunto das cotações do DI futuro e seus vencimentos configura a curva de juros nominal, tema do próximo capítulo.

ONDE A PLATAFORMA ENTRA

O que o mercado projeta, ao lado do que você pagou

Curva de juros é expectativa de mercado aplicada a taxas. Na renda variável, o equivalente é o consenso de analistas. O plano Profissional reúne preço-alvo médio, potencial de upside e avaliação consolidada, com a possibilidade de comparar o consenso de várias empresas na mesma tela.

- Consenso de mercado, com recomendação de compra, venda ou aguardar
- Preço-alvo médio, histórico do preço-alvo e potencial de upside
- Estimativa de resultados e de indicadores futuros
- Ações brasileiras, mais stocks e REITs dos Estados Unidos

Ver o plano Profissional

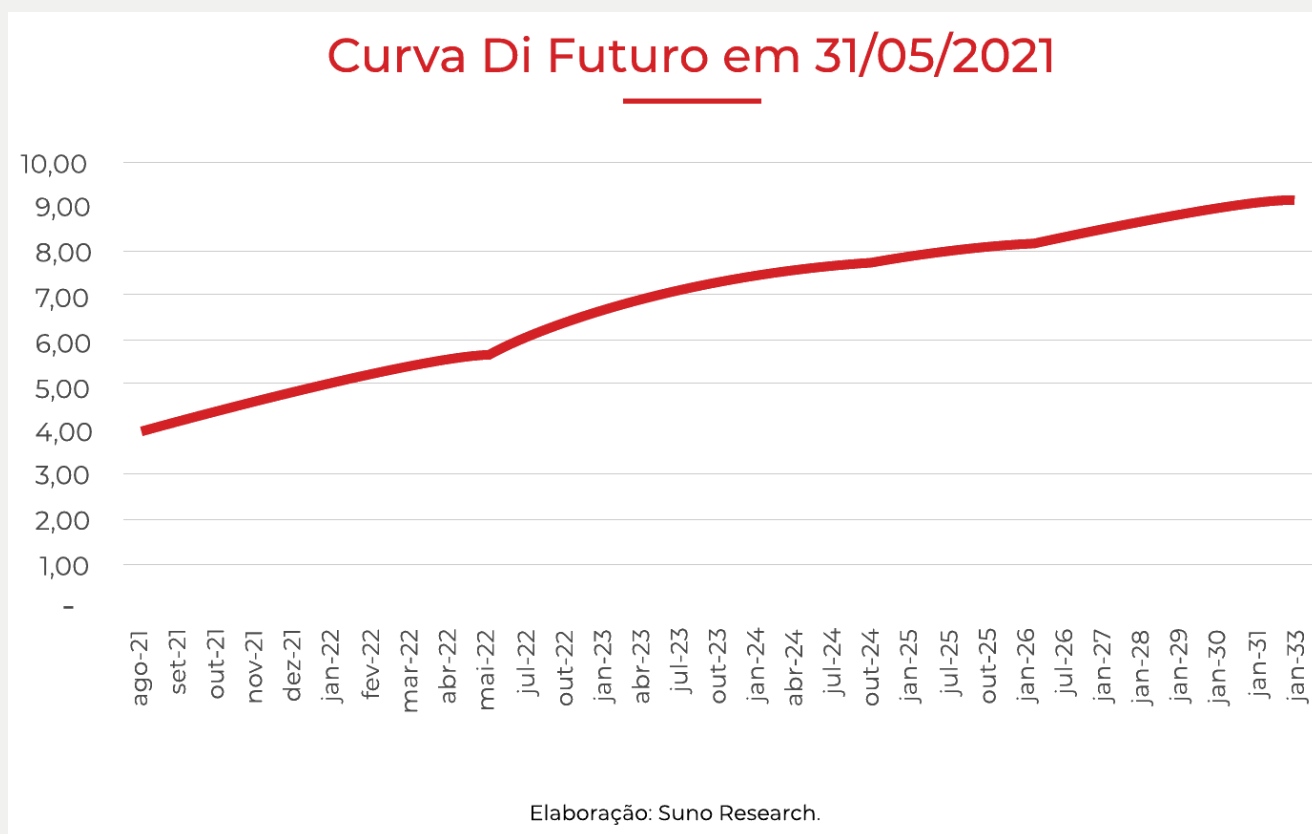
São R\$ 10,20 a mais por mês que o Essencial, com 7 dias de garantia.

Curvas de juros

A curva de juros é a relação entre a taxa de juros e o tempo. Uma premissa para a curva é que todas as taxas tenham o mesmo nível de risco de crédito.

Como vimos no capítulo anterior, o conjunto das cotações do DI futuro e seus respectivos vencimentos configura a curva de juros nominal, ou seja, antes do desconto da inflação.

O gráfico abaixo mostra a curva de juros nominal em 31/05/2021.



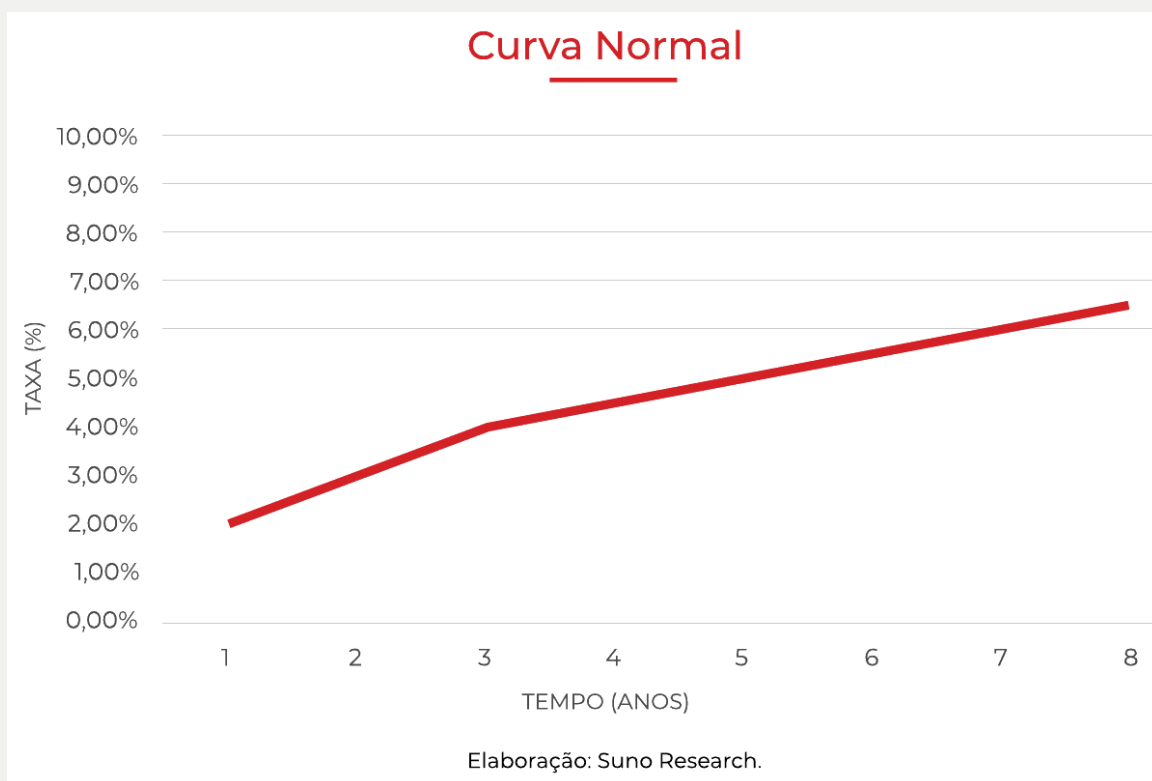
Para interpretar essa e as outras curvas do mercado, é preciso conhecer os quatro movimentos principais, apresentados nas próximas páginas.

■ Curva normal

Uma curva normal, com inclinação positiva e progressão suave, pode ser explicada por dois motivos.

1. O custo de oportunidade do credor aumenta com o tempo e, portanto, a taxa de remuneração deve ser maior.
2. O risco de crédito se eleva ao longo do tempo.

O formato dessa curva é o do gráfico abaixo.

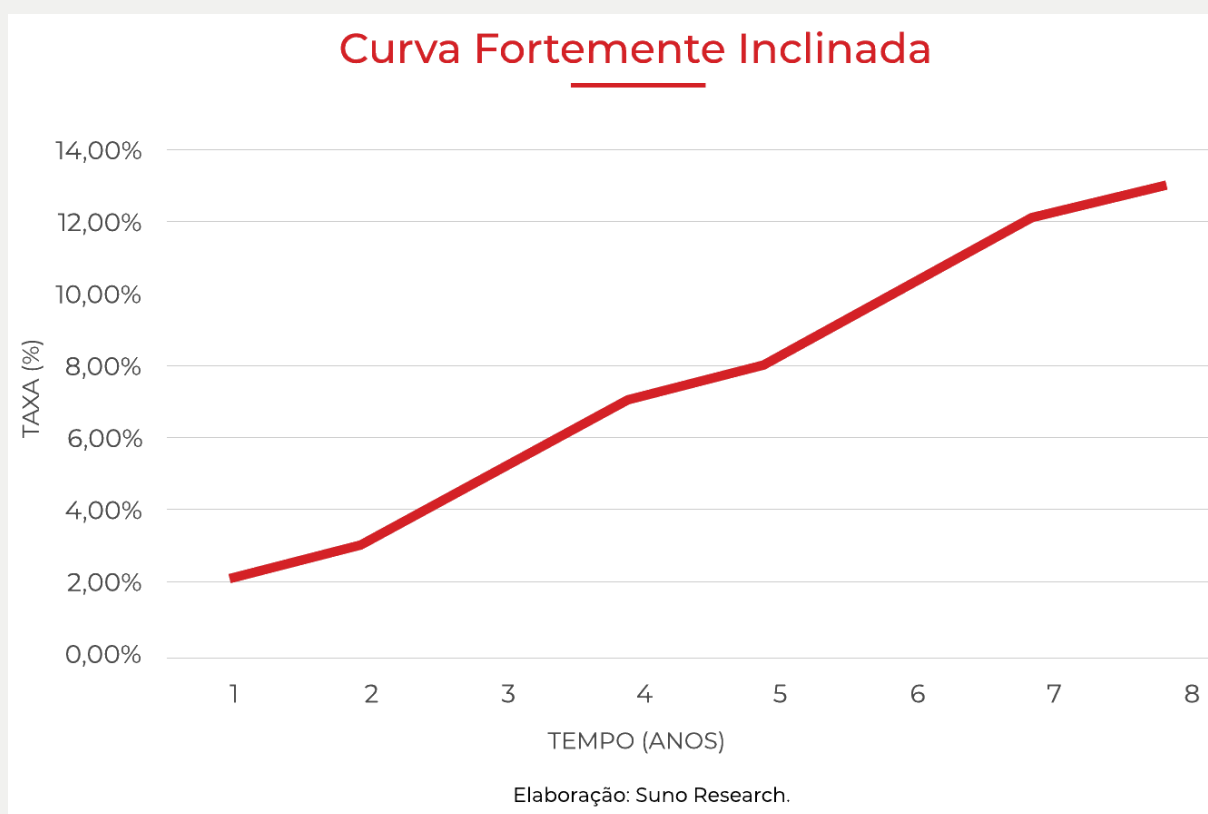


■ Curva fortemente inclinada

Neste tipo de curva há duas formas de interpretação.

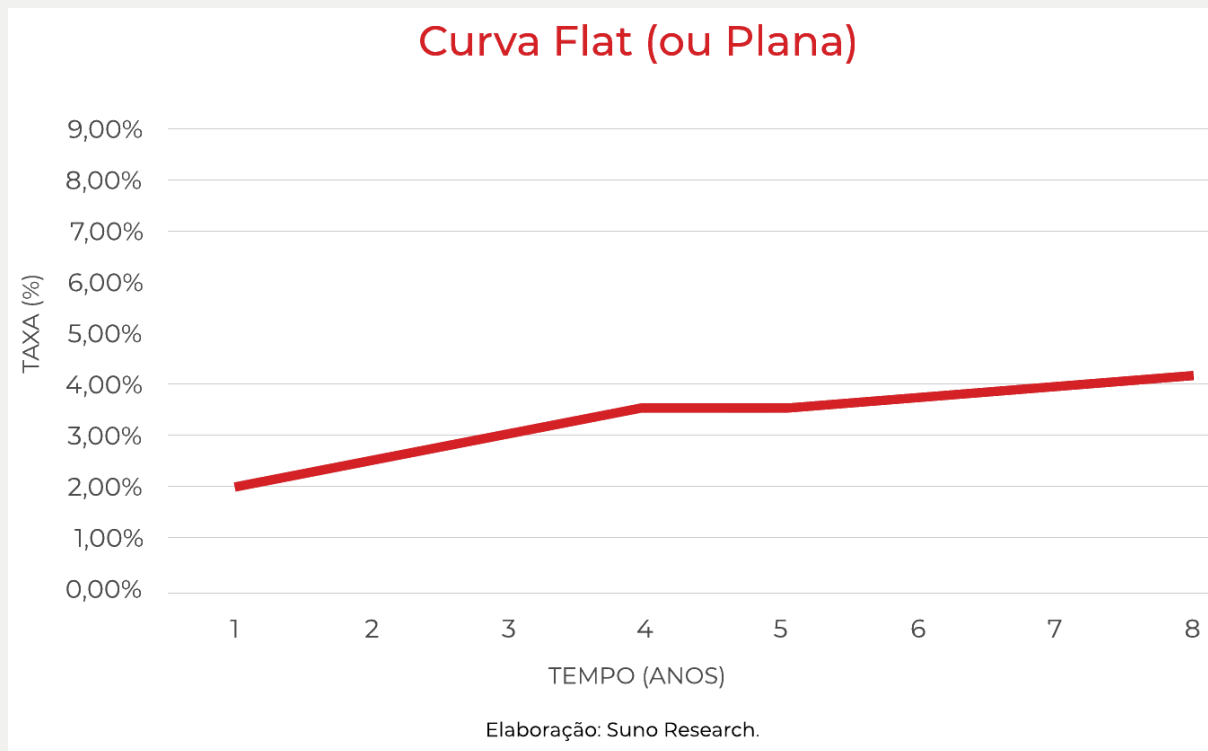
1. O mercado espera forte pressão inflacionária no curto prazo, o que resulta em uma política monetária mais agressiva do Banco Central.
2. A percepção de que os títulos do governo estão mais arriscados, o que exige um prêmio de risco maior.

O formato dessa curva é o do gráfico abaixo.



■ Curva flat, ou plana

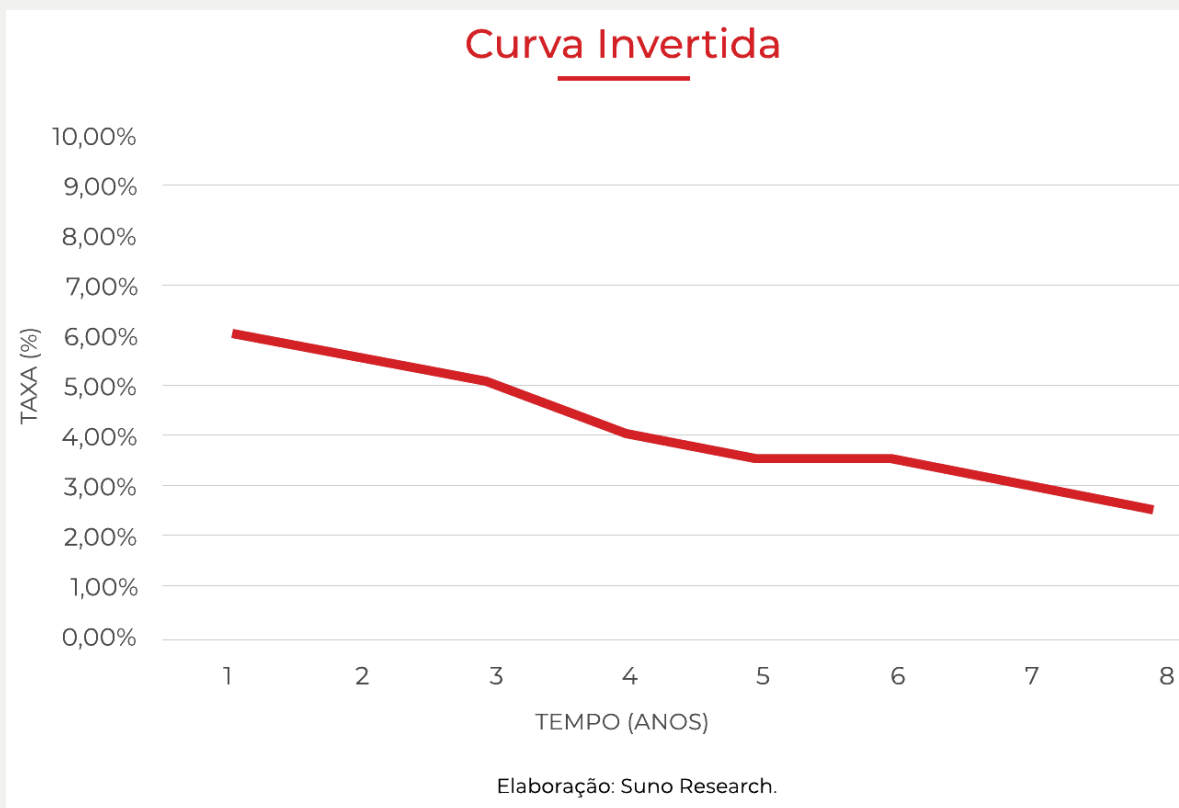
A curva flat acontece quando a taxa de juros curta e a longa ficam relativamente próximas. É menos comum no mercado e pode indicar um momento de transição da economia, entre expansão e recessão, ou seja, uma reversão das expectativas.



■ Curva invertida

Essa curva geralmente é um sinal de alerta para uma recessão na economia. Ao enxergar uma recessão à frente, o mercado antecipa uma queda da taxa de juros que estimule a atividade econômica.

A curva invertida indica busca por segurança. Quanto maior a demanda pelos títulos considerados seguros, maiores os seus preços. Como preço e taxa caminham em direções opostas, o preço sobe e a taxa de juros cai.



A curva de juros é um indicador importante para a economia, porque antecipa movimentos do mercado e influencia diversas classes de ativos.

A curva de juros não prevê o futuro. Ela mostra o que o mercado está disposto a pagar hoje por cada prazo.

Como investir

Depois dos conceitos, fica a pergunta prática. Qual é o processo para aplicar nos títulos, tanto públicos quanto privados. Os dois passo a passo a seguir respondem isso.

■ Passo a passo, Tesouro Direto

- i. Acesse o site do Tesouro Direto.
- ii. Faça o login na plataforma.
- iii. No canto superior direito da tela, clique em **Investir**.
- iv. Adicione ao carrinho todos os títulos que deseja comprar.
- v. No canto superior direito da tela, clique no ícone que simula um carrinho de compras.
- vi. Selecione a instituição financeira pela qual deseja efetuar a compra. Devem aparecer todas as instituições em que você possui conta.
- vii. Defina o valor a ser investido.
- viii. Defina se a solicitação de aplicação deve ser efetuada no mesmo dia ou faça o agendamento.
- ix. **Investir.**

■ Passo a passo, títulos privados

- i. Acesse o site da instituição financeira em que possui conta.
- ii. Faça o login na plataforma.
- iii. Localize, dentro de Renda Fixa, os títulos privados. Provavelmente estão descritos como Emissão Bancária ou Crédito Privado.
- iv. Selecione o título e o valor a ser investido.
- v. **Investir.**

Para esse tipo de título, o processo pode variar entre as instituições financeiras, a depender da estrutura dos sites.

ANTES DE CONFIRMAR A COMPRA

Confira quatro campos na tela. Vencimento, taxa contratada, carência para resgate e se o título conta com garantia do FGC. Esses quatro pontos definem quase todo o resultado da aplicação, e ficam visíveis antes do clique.

Para quem a renda fixa é indicada

Os ativos de renda fixa são indicados para todos os perfis de investidor. O que muda entre um perfil e outro são três quesitos. O tipo de ativo, o indexador e o percentual alocado no portfólio.

A renda fixa é uma das melhores alternativas para quem quer tirar os recursos da poupança, mas ainda não se sente seguro para investir em produtos mais arriscados. Também é onde a reserva de emergência precisa estar, independentemente do perfil.

Vale o investidor visualizar os objetivos que deseja alcançar antes de escolher o título, e não o contrário. Prazo define indexador. Objetivo define prazo.

UM RESUMO EM TRÊS LINHAS

Dinheiro que pode ser usado a qualquer momento pede indexador diário, como Tesouro Selic. Objetivo com data marcada em anos pede prefixado ou IPCA+ com vencimento próximo dessa data. Proteção de poder de compra no longo prazo pede IPCA+.

LEMBRETE

As três linhas acima descrevem uma lógica de casamento entre prazo e indexador, e não uma recomendação de alocação. A escolha dos ativos depende da sua situação, dos seus objetivos e da sua tolerância a risco.

Conclusão

Aproveitar boas oportunidades exige paciência, disciplina e, acima de tudo, conhecimento sobre a classe de ativos que você decide incluir no portfólio.

No caso da renda fixa, esperamos que este e-book tenha entregado esse conhecimento de forma direta. Se houver uma ideia para levar adiante, que seja esta. Em renda fixa, quase tudo o que importa está escrito na tela antes da compra. Vencimento, taxa, carência, emissor e garantia. Ler esses cinco campos com atenção resolve mais do que qualquer previsão de juros.

A parte que sobra depois da compra é operacional. Saber o peso de cada posição, acompanhar o que entra e organizar a apuração de imposto. Essa parte dá para automatizar.

PRÓXIMO PASSO

**Suas operações já estão na B3.
Falta a carteira estar organizada.**

Comece pelo Profissional, que sai por R\$ 10,20 a mais por mês que o Essencial e adiciona toda a camada de projeção. São 7 dias com acesso completo para decidir.

[Ver os planos](#)

Mais de 100 mil investidores usam o Status Invest, o site mais acessado do mercado financeiro brasileiro.

Qual plano faz sentido para o seu momento

	Bear	Essencial	RECOMENDADO Profissional	Avançado
Preço	Grátis	R\$21,90 /mês · R\$262,80 ao ano	R\$32,10 /mês · R\$385,20 ao ano	R\$99,75 /mês · R\$1.197 ao ano
Conexão B3 automática	—	✓	✓	✓
Carteiras	1	4	4	4
Proventos futuros anunciados	—	✓	✓	✓
Evolução de rendimentos, DY e YOC	—	✓	✓	✓
Mapa de ativos	—	✓	✓	✓
Ativos comparados ao mesmo tempo	5	10	10	10
Preço-alvo e consenso de analistas	—	—	✓	✓
Estimativas de resultados futuros	—	—	✓	✓
Stocks e REITs dos Estados Unidos	—	—	✓	✓
Score de 0 a 100 por empresa	—	—	—	✓
Ativos classificados por IA	—	—	—	+40 mil
Relatório por empresa escrito por IA	—	—	—	✓
Módulo de Imposto de Renda	Adicional de R\$30,42/mês, ou R\$365,00 ao ano, em qualquer plano			
Garantia	—	7 dias com acesso completo, devolução integral		

Assinar agora

Valores vigentes em agosto de 2026, em até 12x sem juros. Consulte a página de planos para os preços atualizados.

As informações, análises, classificações e projeções disponibilizadas no Status Invest têm caráter informativo. O Forecast reflete estimativas de terceiros. O Status Alpha gera classificações por modelo quantitativo. Retornos passados não são garantia de retornos futuros.

Este e-book é material educacional e não constitui recomendação, oferta ou consultoria de investimento. Os exemplos numéricos, títulos e taxas citados são ilustrativos. Regras tributárias, limites de garantia do FGC e condições dos produtos podem mudar, e devem ser conferidos nas fontes oficiais antes de qualquer decisão.